PLATAFORMA SINDICAL DOS PROFESSORES

Consulta Geral aos Professores e Educadores

sobre o prosseguimento da acção sindical

- 20 a 24 de Abril de 2009-

I - Objectivos desta Consulta aos Professores

A Semana de Consulta aos Professores, que decorre entre 20 e 24 de Abril, é mais uma fase crucial do processo de luta que os professores e educadores vêm desenvolvendo no último ano e assume-se como uma via para que, democrática e participadamente, todos os docentes possam expressar a sua vontade e, no debate e na reflexão, construir uma posição colectiva sobre a sua profissão e sobre o futuro da escola portuguesa.

É, contudo, muito mais do que isso:

- é, em si mesmo, uma forma de dar visibilidade aos seus problemas e à sua luta.
- é um importante momento que se pretende que venha a constituir um suporte à mobilização e um instrumento de reforço da unidade dos professores e da sua capacidade de acção e de luta.
- é, em si própria, uma forma de luta uma manifestação de resistência à arbitrariedade e à arrogância de um poder assumidamente absoluto que impõe medidas altamente lesivas para a escola portuguesa e para os seus professores.

A intransigência da equipa do Ministério da Educação, a sua inflexibilidade e arrogância, não tomando em consideração a vontade publicamente expressa da classe docente, levantam questões para as quais precisamos de respostas claras e do compromisso dos professores:

- Através de que formas de acção prosseguir a luta, face à intransigência do Ministério da Educação e à proximidade do intenso período eleitoral que se aproxima?
- No percurso que foi feito, que avanços se obtiveram?
- Que resultados se exigem para a melhoria das condições de trabalho dos professores, de funcionamento das escolas e das aprendizagens dos alunos, no quadro da acção pela revisão do ECD e pela revogação do modelo de avaliação?

No sentido de sistematizar o debate a efectuar nas escolas, centrado na procura das melhores respostas a estas questões, seguem algumas indicações sobre a organização e conteúdos a debater nas reuniões que se realizarão ao abrigo da lei sindical em toda esta semana.

O Estatuto da Carreira Docente imposto pelo Ministério da Educação e a sua rejeição pelos professores, que exigem uma efectiva renegociação, está claramente no centro das nossas reivindicações. Sendo esta a realidade, tal não obsta a que os motivos do descontentamento sejam ainda mais globais, pois integram o generalizado sentimento de recusa da degradação da imagem e do Estatuto da profissão e dos profissionais docentes e a consciência de que a luta dos professores se integra na luta mais geral de todos os trabalhadores, designadamente da Administração Pública.

A estratégia seguida pelo Ministério da Educação para impor o seu ECD e a correspondente desvalorização da profissão docente, assente no esforço para desprestigiar a profissão, tem tido pesadas consequências em termos de perda de auto-estima, de desrespeito pela docência, nomeadamente no que respeita aos alunos – constituindo-se como um dos factores que contribuem para o agravamento dos problemas de indisciplina e mesmo violência na escola.

Importa clarificar, portanto, os nossos objectivos e propostas concretas para os atingir, devendo ser elaborada uma síntese informativa do debate realizado na escola ou agrupamento.

Conscientes das dificuldades da acção reivindicativa, parece-nos que, para além dessa clarificação global dos nossos objectivos, deverão também ser definidos os nossos objectivos a curto prazo — até ao final do actual ano lectivo —, tomando em consideração o período eleitoral que se avizinha e as suas incidências no que à intervenção sindical dos professores diz respeito.

As formas de acção passíveis de forçar o Governo a ir ao encontro das nossas reivindicações são as que, simultaneamente, mobilizem o sector, sentidas por este como eficazes e que obtenham apoio junto da opinião pública, isolando o Governo e a sua política educativa e anti-sindical.

Não é fácil explicitar formas de acção com este conjunto de características. É essa, portanto, uma das principais finalidades, senão a principal, desta consulta geral aos professores.

II - Aspectos organizativos

- 1) A Consulta Geral dos Professores sobre o estado da Escola Portuguesa, da Profissão Docente e as perspectivas de acção face à intransigência do Ministério da Educação, assume-se inequivocamente integrada no processo de luta, em que se pretende:
 - a) Que as reuniões sejam muito participadas na concretização do direito de reunião previsto na lei sindical. Estas reuniões realizam-se nas escolas ou sedes de agrupamento, pelo que, ao ME, não levanta qualquer dúvida quanto à justificação das faltas dadas pelos docentes.
 - b) Que as reuniões se efectuem na generalidade das escolas nos dias 20 a 24 de Abril, com um calendário (data/hora) conforme as disponibilidades dos dirigentes/delegados responsáveis e as condições mais favoráveis para cada escola. Nos casos em que, apesar desse período alargado não existam delegados e/ou dirigentes sindicais que organizem e dinamizem a realização da reunião, os professores devem auto-organizar-se e realizarem-na sob a coordenação e articulação do dirigente responsável. Nesse sentido, deverão contactar previamente um dos Sindicatos da Plataforma, para acautelarem aspectos formais, tais como a justificação de faltas.
 - c) As reuniões sindicais desta semana de consulta devem:
 - 1 Ser dinamizadas pelas estruturas sindicais activas na zona, em articulação com os activistas e dirigentes/delegados que trabalham nas escolas, para o que é conveniente que nos dias que antecedem o período de 20 a 24 de Abril se efectuem os necessários contactos e se preparam os dirigentes/delegados sindicais para a dinamização das reuniões. As acções a levar por diante serão:
 - reuniões com dirigentes e delegados sindicais;
 - preparação de um dossier fundamentado sobre as posições que deverão estar sintetizadas no Guião;
 - Indicação dos meios electrónicos disponíveis para, simultaneamente, se proceder à recolha de informações e opiniões importantes para o prosseguimento da luta.
 - 2 Ser objecto duma articulação entre estruturas sindicais e entre dirigentes de que resulte um mapa-síntese que faça o ponto da situação da preparação das reuniões, de que devem

constar necessariamente:

- o estabelecimento de contactos prévios com colegas das várias escolas que colaborem na realização da respectiva reunião, que se constituam como promotores do debate.
- a confirmação das escolas em que está assegurada a realização das reuniões com a indicação dos responsáveis pela sua dinamização e a data/hora da sua realização.
- a indicação das escolas/agrupamentos em que a realização da reunião ainda não se encontra assegurada, como via tendente a corrigir tal insuficiência garantindo a realização da reunião.
- a convocatória da reunião aos colegas da escola recorrendo a cartazes, tarjetas, power-point, avisos verbais nos intervalos dos dias anteriores e outras formas que a criatividade que cada um coloque ao serviço desta acção.
- 2 As reuniões terão a seguinte Ordem de Trabalhos:

DEBATE SOBRE O ESTADO DA ESCOLA PÚBLICA E DA PROFISSÃO DOCENTE e sobre como agir para atingir os objectivos dos professores:

- □ Objectivos da acção dos professores e do movimento sindical docente:
 - aspectos mais negativos do ECD do ME, renegociação do estatuto e processo de avaliação do desempenho;
 - as propostas sindicais e dos professores.
- ☐ Formas de acção a desenvolver para atingir esses objectivos.
- Aprovação de tomada de posição no âmbito da escola/agrupamento.
- **3 -** Para efeitos de recolha e sistematização dos resultados do debate de cada reunião deverá ser feita uma síntese para a qual será distribuído um impresso próprio.
- **4 -** A divulgação desta iniciativa será feita através dos meios de informação dos Sindicatos da Plataforma, sendo que serão produzidos os seguintes materiais:
 - a) Cartaz de divulgação da iniciativa para ser distribuído por todas as escolas e jardins de infância;
 - b) Tarja com a indicação da data, local e hora da realização da reunião, em cada Escola não agrupada ou sede de Agrupamento de Escolas, para ser distribuída por todas as escolas e jardins de infância;
 - c) Tarjeta de apelo à participação nesta iniciativa, com a referência a aspectos que devem ser considerados por todos os professores e educadores para que se mobilizem para participar nos debates;
 - d) Outros materiais de propaganda que devm ser adoptados conforme as necessidades.

III - Síntese dos aspectos a discutir

São aspectos a discutir nas reuniões que se realizam em todo o país:

- a) A forma como decorre o processo de revisão do ECD; propostas apresentadas ao governo e o seu comportamento anti-negocial;
- O problema da revisão da carreira em categorias, diferenciando-se os docentes pelo seu conteúdo funcional e não pelo mérito revelado no seu exercício profissional, de uma

- forma artifical e que tem suscitado fortes divisões entre os profissionais de cada escola, sem que, como é óbvio, disso resulte qualquer benefício para a profissão e para o processo de ensino-aprendizagem;
- c) O iníquo, injusto, inexequível e pedagógica e cientificamente incorrecto modelo de avaliação do desempenho. As consequências sentidas nas escolas com o seu processo de implementação. A resistência dos professores. O combate pela apresentação de propostas que visem a valorização da profissão, a melhoria das práticas e o reconhecimento do papel dos professores no desenvolvimento da Escola Pública. A suspensão do modelo de avaliação em curso nas escolas;
- d) A existência de uma prova, temporariamente suspensa, para o ingresso na profissão e que constitui, para além de mais, um inexplicável e absurdo obstáculo ao exercício profissional, um processo de desconfiança do ME em relação às instituições de ensino superior responsáveis pela formação inicial, de desresponsabulização do ME relativamente à fiscalização da qualidade da formação inicial, mas também uma forma ardilosa de camuflar o flagelo do desemprego entre os licenciados e, destes, entre os docentes...
- e) Uma regulamentação do horário trabalho dos professores e educadores que, apesar dos avanços conquistados em matéria de transparência, no que às suas três componentes diz respeito, e do reforço de determinados direitos que dele resultam, se revela muito afastada da realidade da profissão e não respeita um conjunto de direitos sociais fundamentais dos trabalhadores.
- f) Um regime de aposentação que, sendo tremendamente penalizador para a generalidade dos trabalhadores portugueses, não tem em conta, no caso dos professores e educadores, o facto de esta ser uma profissão de elevado desgaste físico e psíquico e que, por essa razão, deverá ver consagrado no ECD um regime especial de aposentação adaptado às especificidades do exercício da docência
- g) Não sendo matérias que se enquadrem no âmbito da convocatória desta semana de consulta geral a todos os professores e educadores, a Plataforma Sindical considera, ainda, ser importante reflectir sobre matérias que estrutural e conjunturalmente se colocam neste final de ano lectivo:
 - i. A estabilidade de emprego e os concursos para colocação sobre esta matéria, questões como as alterações introduzidas no âmbito da chamada reforma da administração pública, com o fim anunciado dos quadros de pessoal e a precarização dos vínculos de emprego público; o concurso de professores para 2009 2013 com todos os atropelos à legalidade e um conjunto significativo de alterações que, por um lado negam direitos até agora consagrados e/ou excepcionam regras para grupos de professores, reduzem lugares de quadro, faz incidir sobre a profissão o espectro do aumento dos horários zero e dos riscos de mobilidade especial. A colocação nos TEIP.
 - ii. A gestão das escolas encontra-se (já concretizado em algumas escolas) a decorrer o concurso para a escolha dos directores das escolas. Trata-se de um processo que a FENPROF, suportada no parecer de diversos juristas, considera ilegal, pois contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo e tende a reduzir as margens de autonomia e democracia das escolas e das comunidades educativas, através da profissionalização da gestão segundo lógicas de mercado aplicadas ao serviço público de educação e ensino.

IV – A Acção Reivindicativa e a Luta dos Professores até ao final do ano lectivo

Independentemente de um conjunto vasto de iniciativas que deverão ser adoptadas pelo movimento sindical, tais como a promoção de tomadas de posição colectivas e abaixo-assinados de escola/agrupamento ou a nível nacional, a distribuição de informação específica dirigida aos encarregados de educação e à população em geral, o estabelecimento de contactos com os órgãos de soberania em geral e com os grupos parlamentares e os partidos em particular, bem

como o prosseguimento da normal (e necessária) acção jurídica e judicial ou a realização de iniciativas locais de debate e/ou de manifestação do descontentamento dos professores e das escolas, a Plataforma Sindical visa, com estas reuniões:

- a) Mobilizar os professores e educadores para a realização de outra grande Manifestação Nacional, em Lisboa, apontando-se para que se realize em 16 de Maio, com índices de adesão significativos e que deve ser adoptada como uma importante forma de luta pela grande maioria dos professores e educadores das Escolas/Agrupamentos de Escolas;
- b) Conhecer a disponibilidade dos professores para assumirem outros compromissos de luta, que permitam avaliar sobre a eventual convocação de Greve ou Greves durante o 3.º período, e, neste caso, sobre o tipo de greve a adoptar e o momento mais adequado para que se realize.

A grande disponibilidade dos professores para prosseguirem a sua acção contra este ECD e este modelo de avaliação, dependerá, sempre, da vontade que vierem a manifestar e dos compromissos que assumirem no sentido de um grande envolvimento.

Proposta do Secretariado Nacional da FENPROF Lisboa, 25 de Março de 2009